CLIPPING INTERNET

25/08/2022 ATÉ 25/08/2022

comunicação
& informação

I N D Í C E

1 AÇÕES TJMA
1.1 SITE O IMPARCIAL ONLINE..... 1
1.2 SITE O MARANHENSE..... 2
2 CEMULHER
2.1 SITE O MARANHENSE..... 3
3 COORDENADORIA DE PRECATÓRIO
3.1 BLOG LEONARDO CARDOSO..... 4
4 POSSE
4.1 SITE O MARANHENSE..... 5
5 PRECATÓRIOS
5.1 SITE O MARANHENSE..... 6
6 PROJETO CASA ABRIGO
6.1 BLOG DO REGINALDO CAZUMBÁ..... 7

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - PROJETO CASA ABRIGO
25/08/2022 - BLOG DO REGINALDO CAZUMBÁ
POSITIVA
Casa da Mulher Brasileira realiza 3ª edição do Sarau Letras de Luta, em alusão ao Agosto Lilás

Casa da Mulher Brasileira realiza 3ª edição do Sarau Letras de Luta, em alusão ao Agosto Lilás

25/08/2022 00:00:00

A Secretaria de Estado da Mulher (SEMU), através da Casa da Mulher Brasileira, segue com a programação do Agosto Lilás. Dessa vez, a atividade acontecerá na Biblioteca Maria da Penha, localizada dentro da Casa da Mulher Brasileira (Av. Prof. Carlos Cunha, no Jaracaty, em São Luís).

A atividade contará com apresentações culturais, incluindo leitura de poesia, música, exposição de telas, intervenções artísticas e discotecagem.

Com o tema Letras de Luta, o sarau, organizado pela Casa da Mulher Maranhense, chega a sua 3ª edição. A iniciativa visa promover a reflexão acerca da temática violência doméstica, a partir de intervenções artísticas feita por mulheres.

Casa da Mulher Brasileira

A Casa da Mulher Maranhense é um equipamento da SEMU, que funciona com o objetivo de atender as vítimas de violência doméstica na região.

O espaço oferece, para as mulheres em situação de violência, acolhimento e atendimento especializado.

Entre os serviços disponibilizados, processo judicial eletrônico, com encaminhamento online pelas delegacias; e apoio oferecido pela equipe militar da Patrulha Maria da Penha, Departamento de Feminicídio e Coordenadoria de Delegacias da Mulher.

Disponibiliza, também, o aplicativo Salve Maria, acolhimento na Casa de Passagem e Casa Abrigo, além de encaminhamento de medidas para prisão preventiva e determinação de uso de tornozeleira eletrônica aos autores de violências.

Biblioteca Maria da Penha

Funcionando dentro da Casa da Mulher Brasileira, a Biblioteca Maria da Penha funciona de segunda à sexta,

das 9h às 18h.

Foi idealizada com o objetivo de disponibilizar, através de um acervo, que conta com mais de 1.000 exemplares, informação a pesquisadores, estudantes e a sociedade civil, sobre temas como violência doméstica, saúde preventiva, tráfico de mulheres e autonomia econômica.

Programação

- Apresentação musical de Emanuelle Paz;

- Leitura de poesias por Lindevania Martins, Maura Luza Frazão, Micaela, e Raimunda Frazão;

- Intervenção artística "Mulheres artistas da Marcha Mundial das Mulheres Maranhão".

- DJ: Ricardo Bulcão.

SERVIÇO

O quê: 3ª Edição Sarau Letras de Luta.

Quando: quinta-feira (25), a partir das 17h.

Onde: Casa da Mulher Brasileira - Av. Prof. Carlos Cunha, no Jaracaty - São Luís.

Informação: Assessoria de Comunicação

TJMA paga mais de R$ 120 milhões em precatórios em 100 dias

Mutirão realizado pela Coordenadoria de Precatórios superou a meta. No mesmo período, 12.800 processos do setor foram migrados para o sistema PJe

Imagem colorida de cartão com filtro verde, com foto de rosto de mulher sorrindo. Título: Gestão- Biênio 2022/2024 - 100 dias - Resolutividade. Arte: Carlos E.Sales
O valor total contemplou 1.200 processos de credores e credoras
foto/divulgação: Carlos E. Sales
O Tribunal de Justiça do Maranhão estipulou uma meta de pagamento em sua Coordenadoria de Precatórios: “100 milhões em 100 dias”. Um mutirão convocado para atingir o objetivo superou a meta.

No dia 30 de abril deste ano, o saldo disponibilizado em conta para pagamento, referente ao Estado do Maranhão, era de R$ 100.889.163,65. Nos primeiros cem dias da atual gestão, simultaneamente ao mutirão e com andamento de pagamentos dos demais entes devedores, o resultado foi de um total de R$ 125.773.290,50, pago em precatórios: R$ 112.344.374,55 referentes ao Estado e R$ 13.428.915,95 aos municípios.

O valor total contemplou 1.200 processos de credores(as), sendo 1.125 precatórios originários do Estado e 75 de municípios.

ACORDO

No dia 29 de julho de 2022, foi assinado edital conjunto de convocação de credores para habilitação, visando à formalização de lista para pagamento de precatórios, mediante a realização de acordo direto com o Estado do Maranhão, por meio do Edital Conjunto TJMA/PGE-MA nº 001, com disponibilização de R$ 103.514.195,18.

A Coordenadoria também conseguiu a migração de 12.800 processos para o sistema de Processo Judicial eletrônico (PJe).

E, em continuidade ao projeto de virtualização dos precatórios, ainda houve a implantação do novo sistema de administração de precatórios (Sapre). Coube à nova gestão o esforço concentrado junto à Diretoria de Informática do TJMA, para viabilizar a criação do sistema. Em 20 de junho passado, foi disponibilizado o Módulo I do sistema, resultante de acordo de cooperação técnica com o TJDFT para a implementação do Sapre, providenciado pela gestão anterior

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - AÇÕES TJMA
25/08/2022 - SITE O IMPARCIAL ONLINE
POSITIVA
Painel sobre trabalho escravo no Maranhão tem presença de Pureza Loyola

Painel sobre trabalho escravo no Maranhão tem presença de Pureza Loyola

O painel sobre a escravidão oitocentista e escravidão contemporânea acontece na Universidade Ceuma e conta com transmissão ao vivo pela internet.

Pureza Loyola é símbolo do combate ao trabalho escravo contemporâneo no Brasil. (Foto/divulgação: Arquivo)

Por: Da Redação com informações do Tribunal de Justiça do Maranhão
25 de Agosto de 2022
O painel De Maria Firmina dos Reis a Pureza Loyola: perspectivas da escravidão oitocentista e da escravidão contemporânea é apresentado pelo juiz Antonio Agenor Gomes (TJMA) e a ativista maranhense Pureza Loyola.

Nesta quinta-feira (25), o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) abre o 2º Seminário Estadual de Diversidade e Antidiscriminação, que nesta edição discutirá sobre Racismo e Sistema de Justiça: perspectivas do racismo na sociedade brasileira e seus reflexos na prestação jurisdicional.

O evento terá início às 17h30, no auditório da Universidade CEUMA, no bairro Renascença, com transmissão ao vivo pelo canal youtube/eadesmam.

O seminário é aberto ao público, podendo participar integrantes do quadro de pessoal do Judiciário e outros órgãos do sistema de justiça e da sociedade civil (estudantes, representantes de entidades e demais interessados). Haverá certificação para os participantes previamente inscritos que confirmarem presença no local, durante os dois dias do evento.

Escravidão moderna
Na palestra magna, Pureza Loyola abordará sobre as perspectivas reais da escravidão moderna. Símbolo do combate ao trabalho escravo contemporâneo no Brasil, contemplada com o Prêmio Anti-Escravidão da Anti-Slavery International – mais antiga entidade mundial de combate ao trabalho escravo -, a história e trajetória de vida da ativista, iniciada em 1993, inspirou filme e levou à criação de um grupo que já resgatou 57 mil trabalhadores em condições análogas à escravidão.

No mesmo painel, o juiz Antonio Agenor Gomes (TJMA), autor da recém-lançada obra “Maria Firmina dos Reis e o cotidiano da escravidão no Brasil”, abordará sobre a Escravidão Oitocentista. O autor participa também de sessão de autógrafos no local, às 19h30.

Atuarão como mediadores o desembargador Lourival de Jesus Serejo (TJMA) e a diretora executiva do Instituto Da Cor ao Caso, Anita Machado.

Outras temáticas
A segunda parte da programação, que prossegue até sexta-feira (26), discutirá sobre:

Agenda 2030 da ONU: enfrentamento das vulnerabilidades e movimento antidiscriminação;
Perspectivas do racismo no reconhecimento de pessoas no Processo Penal: nulidade da prova;
Cotas raciais e heteroidentificação: a atuação do Observatório das Cotas Raciais no Maranhão;
Povos indígenas maranhenses: instrumentos e políticas públicas para o enfrentamento ao racismo ambiental;
O tratamento às ações coletivas de enfrentamento ao racismo no Maranhão e Racismo religioso e seu enfrentamento no Sistema de Justiça.
Promovido pelo Tribunal de Justiça, por meio do Comitê de Diversidade, o encontro conta com o apoio da Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM) e será um espaço de fomento ao diálogo, reflexão e promoção do respeito à diversidade e aos direitos dos diversos grupos sociais, garantindo o acesso à justiça contra todo tipo de violência decorrente de preconceito e práticas discriminatórias.

Programação cultural
O evento contará com atrações culturais abertas. O público poderá asssitir, durante os intervalos e na abertura, à exposição “Maria Firmina dos Reis”.

Boi de Axixá (na abertura – 17h);
Guilherme Soares (dia 26 – manhã);
cordelista Raimunda Frazão (no intervalo – manhã);
Centro Cultural Mandingueiros do Amanhã (no encerramento).
Haverá ainda lançamento de edital para publicação de capítulo de livro sobre a temática “Diversidade e Antidiscriminação”, lançamento do Prêmio Luiz Ferreira – “Luizão” 2022, sessão de autógrafos e lançamento de livros, exposição de artes plásticas, além de projetos desenvolvidos por escolas, grupos e movimentos sociais.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - AÇÕES TJMA
25/08/2022 - SITE O MARANHENSE
POSITIVA
Judiciário, Executivo e entidades assinam acordo para solucionar problemas de saúde no Estado

Judiciário, Executivo e entidades assinam acordo para solucionar problemas de saúde no Estado

23/08/2022 23:59:00

Ana recorreu ao sistema público de saúde e não foi atendida. Maria pagava o plano de saúde em dia, mas teve a cobertura de tratamento negada. José precisou de um tratamento que não estava disponível no Sistema Único de Saúde (SUS). Exemplos comuns como esses são analisados todos os dias pelo Poder Judiciário e colaboram para o fenômeno da "Judicialização da Saúde".

Com o objetivo de diminuir essa Judicialização em massa de processos relacionados à Saúde no Maranhão, garantindo o direito do cidadão e da cidadã à saúde, sem que precise entrar com uma ação na Justiça, o Poder Judiciário e órgãos do Executivo estadual e municipal, firmaram um compromisso para unir esforços a fim de alcançar soluções administrativas, relacionadas à oferta de medicamentos, insumos, agendamento de procedimentos cirúrgicos, exames médicos e outras demandas.

Para isso, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), a Secretaria de Estado da Saúde, a Procuradoria-Geral do Estado, a Secretaria Municipal de Saúde de São Luís, a Procuradoria-Geral do Município de São Luís e a Defensoria Pública assinaram, nessa segunda-feira (22/8), o Termo de Cooperação Técnica nº. 41/2022, em reunião do Comitê Estadual da Saúde do Maranhão. O documento tem vigência de 60 meses. (Acesse AQUI)

MOMENTO HISTÓRICO

A reunião do Comitê Estadual da Saúde, presidido pelo desembargador Jamil Gedeon, que promoveu a assinatura do protocolo, representou um momento histórico para as instituições envolvidas, uma vez que contou com diversos representantes dos Poderes, para discutir um problema estrutural que é o da saúde no Estado.

Para o presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten, "o Poder Judiciário tem assumido cada vez mais esse papel, que é próprio dos poderes judiciários nas democracias consolidadas, que é de expansão e de centralismo. Mas, mesmo esse centralismo deve levar em conta que os administradores públicos, os que foram eleitos, têm que ter a missão central de distribuir adequadamente os recursos da saúde na aquisição de medicamentos, na prestação de serviços de saúde, como concebeu o constituinte ao criar o SUS".

Velten afirmou também que o amplo debate é de suma relevância, para que as melhores ideias e soluções sejam discutidas e o Judiciário continue cumprindo seu papel de entrega da prestação jurisdicional de forma adequada e em tempo razoável. "O Poder Judiciário, obviamente, sempre que provocado, naquelas hipóteses de omissões do poder central, vai continuar atuando", garantiu o presidente do TJMA.

O encontro reuniu, presencialmente pela primeira vez, os membros do Comitê Estadual da Saúde. Também estavam presentes na reunião, o vice-presidente do TJMA, desembargador Ricardo Duailibe; o corregedor-geral da Justiça, desembargador Froz Sobrinho; o desembargador Raimundo Bogéa; o secretário de Estado da Saúde, Thiago Fernandes; o procurador-geral adjunto do Estado para assuntos judiciais, Lucas Pereira (representando o procurador-geral do Estado, Rodrigo Maia), o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), Holídice Barros.

Além dos citados, juízes e juízas, defensores e defensoras públicas, secretários do Estado e do Município, procuradores do Estado e do Município, promotores de Justiça, advogados, representantes da Vigilância Sanitária, do Núcleo Técnico de Apoio do Judiciário (Natjus), do Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon) e do Ministério da Saúde.

COMO FUNCIONA NA PRÁTICA

Na prática, caberá à Defensoria Pública do Estado (DPE) realizar o atendimento inicial, quando verificará se a parte tem poucos recursos financeiros (se é hipossuficiente). O paciente deverá estar portando laudo médico e receitas emitidos por profissional habilitado vinculado ao SUS, com especificação do medicamento, exame, cirurgia ou insumo.

A partir daí, o paciente é encaminhado à Secretaria Estadual de Saúde (SES) ou Secretaria Municipal de Saúde (Semus), a depender da competência, para análise técnica do pedido, com resposta em dez dias. As secretarias de saúde prestarão informações se o medicamento, exame, cirurgia ou insumo são incorporados ao SUS e, caso não seja, abrirá um processo de compra, informando a DPE.

Diante das informações, a DPE orientará o paciente sobre a disponibilidade do medicamento, exame, cirurgia ou insumo alternativos, se assim for, solicitando à SES e Semus (sendo de interesse das partes) a comunicação do agendamento da consulta em dez dias.

O QUE CABE AO TJMA

Por meio do Núcleo de Apoio Técnico para as Demandas de Saúde (Natjus), o TJMA emitirá, anualmente, as notas técnicas para os dez medicamentos, procedimentos e insumos mais demandados judicialmente, indicando alternativas terapêuticas, entre outras orientações. As notas contém um parecer técnico de profissionais de saúde para subsidiar as decisões da Justiça.

Disponibilizar salas dos centros de conciliação (Cejusc´s) instalados na capital e interior do Maranhão, para realização de audiências preliminares e em fase pré-processual para demandas que tratem de saúde, a serem intermediadas pela DPE e referidas secretarias de saúde.

COMPETÊNCIAS DO EXECUTIVO

As secretarias de saúde do Executivo Estadual e Municipal deverão, a cada doze meses, separadamente, fornecer a lista dos dez medicamentos, procedimentos e insumos mais judicializados para emissão ou disponibilização das notas técnicas.

Além disso, assegurar a entrega dos medicamentos, a realização dos exames e dos procedimentos médicos e cirúrgicos que forem encaminhados pela "Câmara Pública de Conciliação" ou a apresentação das justificativas de impossibilidade do pleito, entre outras responsabilidades dispostas no documento.

A Procuradoria Geral do Estado deverá designar procuradores e assessores para atuarem em conjunto na solução das demandas e prestar orientações jurídicas à SES e Semus, quando necessário.

O post Judiciário, Executivo e entidades assinam acordo para solucionar problemas de saúde no Estado apareceu primeiro em O Maranhense.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - CEMULHER
25/08/2022 - SITE O MARANHENSE
POSITIVA
Estudantes do Itaqui Bacanga participam de palestra sobre prevenção à violência contra as mulheres

Estudantes do Itaqui Bacanga participam de palestra sobre prevenção à violência contra as mulheres

25/08/2022 23:00:00

Com o intuito de provocar debates e reflexões sobre o enfrentamento à violência doméstica e familiar ainda na adolescência, cerca de 100 estudantes do ensino médio participaram da atividade do projeto "Novos olhares, Novos valores", promovido pelo Poder Judiciário do Maranhão, na última segunda-feira (15/8), realizado no auditório do Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA), no Itaqui-Bacanga.

O projeto desenvolvido pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Maranhão (Cemulher/TJMA) tem o objetivo de desenvolver palestras e rodas de diálogos com adolescentes da rede pública de ensino sobre valores, masculinidades, empoderamento feminino, visando prevenir relações abusivas e a violência contra as mulheres.

Em parceria com a Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP), a atividade foi mediada pelo estagiário de Psicologia, Thales Pinheiro, e a estagiária de Serviço Social, Wanessa Souza, acompanhados por psicóloga da equipe multidisciplinar da Cemulher, Edla Ferreira. A ação ocorreu por meio de diálogos, exibição de vídeos e participação ativa dos alunos.

A atividade realizada integra a programação especial da Cemulher em alusão ao "Agosto Lilás", bem como as atividades de prevenção à violência contra as mulheres da 21ª Semana Nacional do Programa Nacional "Justiça pela Paz em Casa".

O post Estudantes do Itaqui Bacanga participam de palestra sobre prevenção à violência contra as mulheres apareceu primeiro em O Maranhense.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - POSSE
25/08/2022 - SITE O MARANHENSE
POSITIVA
7ª Vara Cível e 3ª Vara da Mulher de São Luís têm novas juízas titulares

7ª Vara Cível e 3ª Vara da Mulher de São Luís têm novas juízas titulares

24/08/2022 07:00:00

As juízas Ana Célia Santana e Samira Barros Heluy, são respectivamente, as novas titulares da 7ª Vara Cível e da 3ª Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Termo Judiciário de São Luís, da Comarca da Ilha de São Luís.

A magistrada Ana Célia Santana entrou em exercício na 7ª Vara Cível, na última sexta-feira (19), perante o diretor do Fórum de São Luís, juiz Raimundo Nonato Neris Ferreira, em cerimônia na Diretoria. E a juíza Samira Barros Heluy, nesta terça-feira (23), também em cerimônia na Diretoria do Fórum.

Samira Barros Heluy foi removida, a pedido, pelo critério de antiguidade, da Vara da Infância e Juventude e do Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, do Termo Judiciário de São José de Ribamar, onde já atuava desde julho de 2020. Ana Célia Santana foi removida pelo critério de antiguidade, a juíza atuou os últimos 13 anos na 4ª Vara Criminal do Termo Judiciário de São Luís.

As magistradas foram empossadas pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Paulo Velten, no Palácio Clóvis Bevilácqua, sede do Tribunal.

O post 7ª Vara Cível e 3ª Vara da Mulher de São Luís têm novas juízas titulares apareceu primeiro em O Maranhense.

Judiciário discute tratativas com o Executivo para pagamento de precatórios

25/08/2022 02:02:00

O Poder Judiciário do Maranhão, em sucessivas reuniões, vêm discutindo tratativas com o Governo do Estado do Maranhão para o pagamento da integralidade das parcelas relativas ao cumprimento do plano de pagamentos de precatórios do regime especial, regulamentado pela Emenda Constitucional nº 62/2006 e demais atualizações.

A Emenda - onde está enquadrado o Estado Maranhão - permite que a dívida de precatórios seja paga em até 15 anos, seja pela divisão do seu estoque em parcelas anuais, seja pela destinação de percentuais, entre 1% a 2%, que incidirão sobre a receita corrente líquida da entidade devedora.

O cumprimento do plano de pagamentos de precatórios foi amplamente discutido em reunião realizada na última segunda-feira (22/8), entre o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Paulo Velten; o juiz auxiliar da presidência Anderson Sobral (coordenador de Precatórios); o procurador-geral do Estado, Rodrigo Maia; o Secretário de Estado do Planejamento e Orçamento, Luís Fernando da Silva e demais representantes do Poder Executivo.

Segundo a Emenda Constitucional nº 62/2006, conforme explica o juiz Anderson Sobral, o Estado do Maranhão, entre outros entes devedores, enquadrados nesse regime, são obrigados pela Constituição a depositar mensalmente um valor em conta judicial de administração do Poder Judiciário para pagamento de precatórios.

"A primeira emenda e as sucessivas atualizações fazem com que o prazo final do pagamento desse montante de dívidas em precatórios vá se alongando. A última emenda, do ano passado, estendeu o prazo de pagamento até dezembro de 2029", esclareceu o magistrado.

Apesar da obrigação estabelecida em lei, o Estado do Maranhão não está cumprindo com o pagamento da integralidade das parcelas. Nesse caso, as regulamentações que tratam da matéria, a Resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nº. 303/2019 e a própria Constituição Federal impõe à Presidência do Tribunal de Justiça que adote algumas medidas.

O juiz Anderson Sobral instrui que o limite dessas medidas seria o sequestro do valor em aberto das contas do Poder Executivo, executado pelo TJMA. "Mas, antes disso, são adotadas algumas medidas que a Presidência do Tribunal de Justiça vem executando. Entre elas, essas duas últimas reuniões, onde se percebe uma intenção do Poder Executivo de fazer a regularização e isso está levando a uma terceira reunião onde o Poder Executivo trará uma proposta em definitivo para solucionar essa pendência", concluiu Sobral.